

Revisão fica ameaçada

DENÚNCIAS CONTRA IBSEN PINHEIRO, RELATOR DO REGIMENTO INTERNO DO CONGRESSO REVISOR, ATRAPALHAM CONTINUIDADE DOS TRABALHOS.



As denúncias de envolvimento do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) no esquema de corrupção no Orçamento será o tema principal da pauta da reunião de líderes convocada pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), na sua casa, amanhã. A reunião deveria definir a estratégia para aprovar, à tarde, o regimento interno da revisão constitucional, mas a descoberta de três cheques emitidos para Ibsen, pelo líder do PMDB, Genebaldo Correia, um dos principais envolvidos no escândalo, deixou as lideranças desconcertadas e cautelosas. Apenas o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), deu a sua opinião: "Ibsen deve afastar-se da revisão."

O líder do PFL na Câmara, deputado Luís Eduardo, disse que foi surpreendido pela notícia do aparecimento de cheques envolvendo Ibsen. Mas afirmou que o importante é defender princípios, acima de nomes. "A revisão nada tem a ver com a CPI do Orçamento". Luís Eduardo vai se empenhar na mobilização da sua bancada para votar o regimento interno. Os demais líderes preferiram não dar declarações ainda, esperando um pronunciamento formal de Ibsen. Mas em comentários informais admitiram que a situação do parlamentar, que é o relator geral do regimento interno do Congresso Revisor, é delicada.

Um importante defensor da revisão observou que todos os envolvidos no escândalo do orçamento deveriam ter tomado a mesma atitude do líder do PPR, deputado José Luis Maia, que afastou-se do cargo no dia seguinte às denúncias sobre a existência

do esquema. Além de Ibsen, também tiveram seus nomes citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos como envolvidos no escândalo do orçamento o presidente do Congresso Revisor, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e os dois líderes do PMDB na Câmara e Senado: Genebaldo Correia e Mauro Benevides. O presidente do PMDB, deputado Luis Henrique (SC), como todas as outras lideranças do partido, optou pelo silêncio.

Na opinião do líder do governo, Ibsen e todos os outros envolvidos deveriam afastar-se imediatamente para que a revisão pudesse deslanchar. Freire disse que o

Escândalo envolve desde presidente do Congresso, Lucena, até Ibsen, relator do regimento interno.

governo está consciente de que o processo de revisão do texto constitucional não vai ocorrer antes do término da CPI. Mas defende a votação imediata dos procedimentos preliminares, como a aprovação do regimento interno e a abertura dos prazos para emendas à Constituição. "Precisamos estar preparados para começar a revisão do mérito constitucional logo que termine a CPI".

Freire criticou os que chamou de "alguns irresponsáveis" que estão afirmando que o Congresso não tem legitimidade para fazer a revisão: "Esse tipo de afirmação só ajuda os golpistas", disse o líder. "E olha que neste País existem muitos e não estão parados não." E afirmou: "Então é melhor fechar o Congresso porque se é assim, não existe legitimidade também para fazer a CPI". Segundo Freire, o eventual afastamento de Ibsen não vai atrapalhar a revisão que "já foi atropelada pela CPI." Na sua opinião, é só reunir os líderes dos partidos favoráveis à revisão e escolher um outro nome.